REPUBLICAMOS A SEGUIR O BALANÇO COMPLETO DO BANCO BGN QUE SAIU DE FORMA INCORRETA, NA EDIÇÃO DO DIA 30/03/2012, POR PROBLEMAS INTERNOS DO JORNAL VALOR ECONÔMICO.

Banco BGN S.A.

C.N.P.J. nº 00.558.456/0001-71

www.bgn.com.br

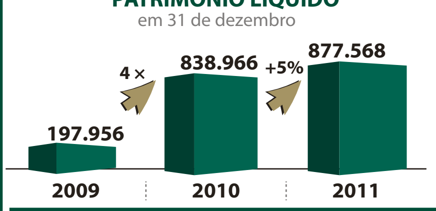
Relatório da Administração

Senhores Acionistas: Submetemos à Vossa apreciação as Demonstrações Financeiras do Banco BGN S.A., de acordo com a Legislação Societária, relativa aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 e ao 2º semestre de 2011. **BGN, Parte do Grupo Cetelem no Brasil:** A Cetelem, Empresa do Grupo BNP Paribas, buscando ampliar sua participação no mercado de crédito ao consumo no Brasil, adquiriu em outubro de 2008 o controle do Banco BGN, banco com reconhecida expertise no mercado de crédito consignado. O Banco apresentou forte crescimento nos últimos 3 anos e, como consequência apresenta neste exercício um resultado líquido de 46,6 Milhões de Reais, em linha com as expectativas da administração. **Reposicionamento das Operações:** Alinhado com a estratégia da Cetelem, o Banco BGN ampliou seus esforços comerciais nas operações de pessoa física, aumentando a originação no consignado, e diversificando a oferta com produtos de seguros, assistências e cartões consignados. Por outro lado, vem reduzindo sua carteira de crédito comercial (Middle Market) e veículos. Adotando novo modelo de gestão de captação do grupo desde a eliminação da prática de cessões de carteira para outros bancos, fato este, que tem contribuído para a redução temporária de receitas de intermediação financeira, mesmo considerando este efeito a receita de intermediação financeira cresceu 11% demonstrando maior solidez dos ativos do banco. **Desempenho Econômico-Financeiro:** Os Ativos Totais do BGN em 31 de dezembro de 2011 somaram R$ 3.461 Milhões (R$ 2.869 Milhão em dezembro de 2010), apresentando um crescimento da ordem de 21% no exercício. O Patrimônio Líquido fechou o exercício de 2011 em R$ 878 Milhões (R$ 839 Milhões em dezembro de 2010), apresentando um crescimento de 5% em relação ao exercício anterior. Esta evolução do Patrimônio reflete a nova estrutura societária promovida pelo Grupo e reforça o compromisso do grupo com o crescimento de suas operações no Brasil. O Lucro líquido apurado no exercício foi de R$ 46,6 Milhões (R$ 81,7 Milhões em dezembro de 2010). Mesmo com os ganhos de eficiência oriundos da reestruturação da companhia e forte crescimento da carteira de crédito, ocorreu uma redução no resultado, principalmente, pela queda das taxas de juros da carteira e despesas de comissões. **Carteira de Crédito:** A carteira de crédito com o varejo em 31 de dezembro de 2011 fechou em R$ 2.369 Milhões contra R$ 1.958 Milhão em dezembro de 2010, com crescimento de 21% no período. A carteira de crédito está distribuída, principalmente, em empréstimos consignados e financiamentos de veículos. **Rating:** A agência de classificação de rating Moodys's Investors Service, na avaliação publicada em 22 de Março de 2012 observou os seguintes pontos fortes do Banco BGN: a elevada integração entre o BGN e BNP Paribas permite ao BGN superar desafios relacionados à captação e, a não dependência da venda de operações de crédito ou da emissão de depósitos a prazo com garantia especial (DPGE) como fontes completares de captação. Os seguintes ratings foram afimados: Rating de Força Financeira de Bancos: D-; Ratings de Depósito em Escala Global e Moeda Local: Ba1 e Not Prime; Ratings de Depósito em Moeda Estrangeira: Ba1 e Not Prime; Ratings de Depósito na Escala Nacional Brasileira: Aa2.br e BR-1. Todos os ratings com perspectiva estável. **Indice da Basiléia:** Desde de 31 de Março de 2009 o Banco BGN apura os limites de forma consolidada através do líder o conglomerado Banco BNP Paribas Brasil. Em 31 de Dezembro de 2011 o índice individual do Banco BGN é de 20,8%. **O Observador Cetelem:** Fundado em 1989 pela Cetelem na França, "O Observador" é hoje referência de fonte nos estudos periódicos que compreendem e mapeiam os hábitos de consumo e evolução do mercado brasileiro. O estudo nos permite uma reflexão consistente sobre as grandes mudanças ocorridas e auxilia o varejo brasileiro a traçar suas estratégias de negócio, entendendo melhor o consumidor e as tendências que influenciarão seu comportamento. Desenvolvido em parceria com a Ipsos Public Affairs, este estudo é realizado há sete anos pela Cetelem BGN Brasil, e está disponível em **www.cetelem.com.br**. **Controles Internos:** Conforme estabelecido pela Resolução nº 2.554/98 BACEN, a estrutura de controles internos da Cetelem/BGN vem sendo continuamente aperfeiçoada através das áreas de Compliance e Auditoria Interna visando fortalecer os controles existentes na instituição. **Agradecimentos:** Agradecemos aos clientes e parceiros comerciais pela preferência, aos acionistas pela confiança e aos nossos colaboradores pela dedicação e comprometimento com os nossos objetivos e resultados alcançados no exercício de 2011.

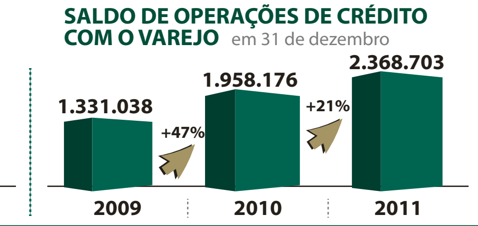
DESTAQUES

Resultado Líquido	Ativos Totais	Total de Operações de Crédito no Varejo		Captações		Patrimônio Líquido	Contratos
46.593	3.461.366	2.368.703	21%	2.427.718	27%	877.568	590.050

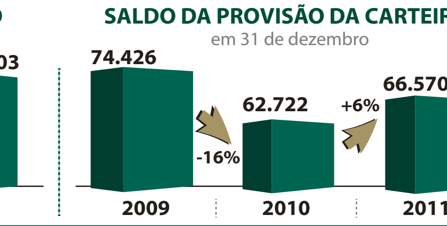
PATRIMÔNIO LÍQUIDO em 31 de dezembro



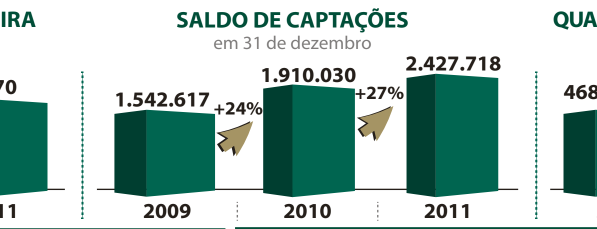
SALDO DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO COM O VAREJO em 31 de dezembro



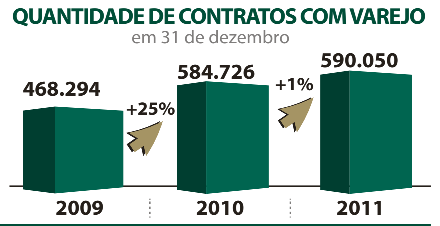
SALDO DA PROVISÃO DA CARTEIRA em 31 de dezembro



SALDO DE CAPTAÇÕES em 31 de dezembro



QUANTIDADE DE CONTRATOS COM VAREJO em 31 de dezembro



Balanços Patrimoniais Levantados em 31 de Dezembro de 2011 e de 2010 (Valores expressos em milhares de reais - R$)

Ativo	2011	2010
Circulante	969.722	824.450
Disponibilidades	546	1.361
Aplicações interfinanceiras de liquidez	74.978	202
Aplicações no mercado aberto	9.800	–
Aplicações em depósitos interfinanceiros	65.178	202
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	–	34.964
Carteira própria	–	34.964
Relações interfinanceiras	2.872	2.738
Depósitos no Banco Central	–	225
Tesouro Nacional-Recursos do crédito rural	–	1.550
Créditos vinculados	2.136	–
Correspondentes	736	963
Operações de crédito	723.690	678.714
Operações de crédito	760.773	716.739
Setor Privado	760.773	716.739
(Provisão para créditos de liquidação duvidosa)	(37.083)	(38.025)
Outros créditos	111.136	72.937
Diversos	111.136	72.937
Outros valores e bens	56.500	33.534
Despesas antecipadas	56.500	33.534
Realizável a Longo Prazo	2.138.391	1.756.578
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	134.372	134.674
Carteira própria	134.372	134.674
Operações de crédito	1.587.809	1.241.654
Operações de crédito	1.617.296	1.266.351
Setor privado	1.617.296	1.266.351
(Provisão para créditos de liquidação duvidosa)	(29.487)	(24.697)
Outros créditos	327.729	333.462
Diversos	327.729	333.462
Outros valores e bens	88.481	46.788
Despesas antecipadas	88.481	46.788
Permanente	353.253	287.622
Investimentos	346.685	284.856
Participações em controladas:		
No País	346.438	284.614
Outros investimentos	247	242
Imobilizado de uso	1.987	1.744
Outras imobilizações de uso	6.389	5.889
(Depreciações acumuladas)	(4.402)	(4.145)
Intangível	4.455	758
Ativos Intagíveis	5.394	1.051
(Amortização acumulada)	(939)	(293)
Diferido	126	264
Gastos de organização e expansão	1.208	1.208
(Amortização acumulada)	(1.082)	(944)
Total do Ativo	3.461.366	2.868.650

Passivo	2011	2010
Circulante	1.839.353	1.216.461
Depósitos	1.755.915	1.152.151
Depósitos à vista	3.734	4.694
Depósitos interfinanceiros	1.724.542	1.049.049
Depósitos a prazo	27.639	98.408
Relações interfinanceiras	3.478	6.325
Correspondentes	3.478	6.325
Obrigações por repasses do país-instituições oficiais	–	2
FINAME	–	2
Instrumentos financeiros derivativos	17.625	17.625
Instrumentos financeiros derivativos	17.625	17.625
Outras obrigações	62.335	40.358
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	1.078	967
Fiscais e previdenciárias	2.172	1.943
Diversas	59.085	37.448
Exigível a Longo Prazo	744.445	813.223
Depósitos	671.803	757.879
Depósitos interfinanceiros	621.402	669.140
Depósitos a prazo	50.401	88.739
Outras obrigações	72.642	55.344
Diversas	72.642	55.344
Patrimônio Líquido	877.568	838.966
Capital:		
De domiciliados no país	412.664	412.664
Reserva de capital	325.525	325.525
Reservas de lucros	139.379	100.784
Ajuste ao valor de mercado - TVM e Derivativos	–	(7)
Total do Passivo	3.461.366	2.868.650

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações do Resultado para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2011 e de 2010 e para o Semestre Findo em 31 de Dezembro de 2011
(Valores expressos em milhares de reais - R$)

	2º semestre de 2011	Exercícios 2011	2010
Receitas da Intermediação Financeira	309.932	566.851	510.048
Operações de crédito	302.204	553.342	489.923
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	7.728	13.509	21.473
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	–	–	(1.348)
Despesas da Intermediação Financeira	(181.205)	(343.479)	(271.603)
Operações de captação no mercado	(142.413)	(264.621)	(211.543)
Operações de empréstimos e repasses	–	–	(2)
Resultado de operação de câmbio	–	–	(654)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(38.792)	(78.858)	(59.404)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	128.727	223.372	238.445
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(90.481)	(191.716)	(149.345)
Receitas de prestação de serviços	35	47	–
Rendas com tarifas bancárias	551	1.189	2.288
Despesas de pessoal	(6.822)	(11.632)	(13.626)
Outras despesas administrativas	(94.383)	(187.049)	(160.795)
Despesas tributárias	(8.114)	(14.864)	(14.936)
Resultado de participações em coligadas e controladas	42.190	61.825	63.865
Outras receitas operacionais	6.202	11.523	14.345
Outras despesas operacionais	(30.140)	(52.755)	(40.486)
Resultado Operacional	38.246	31.656	89.100
Resultado Não Operacional	6.991	12.672	8.829
Resultado Antes da Tributação sobre o Lucro	45.237	44.328	97.929
Imposto de Renda e Contribuição Social	(76)	6.727	(7.243)
Provisão para imposto de renda	(3.612)	(4.099)	(9.360)
Provisão para contribuição social	(2.182)	(2.909)	(5.616)
Ativo fiscal diferido	5.718	13.735	7.733
Participações Estatutárias no Lucro	(3.124)	(4.462)	(8.979)
Lucro Líquido do Semestre/Exercício	42.037	46.593	81.707
Número de ações	412.664.093	412.664.093	412.664.093
Lucro líquido/(Prejuízo) por lote de mil ações - R$ 1,00	101,87	112,91	198,00

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos Fluxos de Caixa para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2011 e de 2010 e para o Semestre Findo em 31 de Dezembro de 2011
(Valores expressos em milhares de reais - R$)

	2º semestre de 2011	Exercícios 2011	2010
Atividades Operacionais			
Lucro líquido	42.037	46.593	81.707
Ajustes ao lucro líquido			
- Despesas de depreciação e amortização	776	1.361	1.137
- Efeitos do MTM não realizados	–	–	(2.205)
- Provisão para operações de crédito e outros crédito de liquidação duvidosa	38.792	78.858	59.404
- Outras provisões	398	943	–
- Provisão para contingências	5.876	9.406	8.500
- Resultado de equivalência patrimonial	(42.190)	(61.825)	(53.277)
- Tributos diferidos	(5.718)	(13.735)	7.244
Lucro líquido ajustado	39.971	61.601	102.510
(Aumento) Redução dos Ativos			
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	(2.327)	35.266	51.235
Relações interfinanceiras e interdependências	329	(134)	1.729
Operações de crédito	(239.424)	(469.989)	(482.833)
Outros créditos	(2.869)	(18.731)	3.421
Outros valores e bens	(39.426)	(64.659)	(344)
Aumento (Redução) dos Passivos			
Depósitos	169.622	517.688	370.413
Captações no mercado aberto	–	–	(3.000)
Relações interfinanceiras e interdependências	(5.312)	(2.846)	(89.446)
Obrigações por repasses do país - Instituições oficiais	–	(2)	(28)
Instrumentos financeiros derivativos	–	–	(8.793)
Outras obrigações	19.964	29.871	(26.999)
Caixa Líquido Gerado (Utilizado) nas Atividades Operacionais	(59.472)	88.065	(82.135)
Atividades de Financiamento			
Dividendos pagos	–	(8.000)	–
Caixa Líquido Gerado (Utilizado) nas Atividades de Financiamento	–	(8.000)	–
Atividades de Investimento			
Dividendos e bonificações recebidos	–	–	19.362
Caixa líquido incorporado	–	–	558
Aquisição de investimentos	–	–	(2.000)
Alienação de investimentos	–	–	3
Aquisições de imobilizado de uso	(904)	(1.117)	(212)
Alienação de imobilizado de uso	–	187	143
Aquisição - intangível	(1.861)	(5.174)	(827)
Caixa Líquido Gerado (Utilizado) nas Atividades de Investimento	(2.765)	(6.104)	17.027
Aumento (Redução) Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	(62.237)	73.961	(65.108)
Caixa e Equivalentes a Caixa:			
No início do período	137.761	1.563	66.672
No fim do período	75.524	75.524	1.563

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2011 e de 2010 e para o Semestre Findo em 31 de Dezembro de 2011 (Valores expressos em milhares de reais - R$)

	Capital	Aumento de capital	Reserva de capital Reserva de ágio	Reserva de lucros Legal	Reserva de lucros Outras	Ajuste ao valor de mercado - TVM e Derivativos	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2009	176.682	–	–	4.418	14.660	2.196	–	197.955
Aumento de Capital - AGE de 26/02/2010 (Notas explicativas 1 e 15a)	–	235.982	–	–	–	–	–	235.982
Reserva de ágio por subscrição de ações (Nota explicativa 1 e 8.a)	–	–	325.525	–	–	–	–	325.525
Ajuste ao valor de mercado - TVM e Derivativos	–	–	–	–	–	(2.203)	–	(2.203)
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	–	81.707	81.707
Destinações:								
Reserva legal	–	–	–	4.087	–	–	(4.087)	–
Reserva de lucros	–	–	–	–	77.619	–	(77.619)	–
Saldos em 31 de Dezembro de 2010	176.682	235.982	325.525	8.505	92.279	(7)	–	838.966
Ajuste ao valor de mercado - TVM e Derivativos	–	–	–	–	–	7	–	7
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	–	46.593	46.593
Destinações:								
Reserva legal	–	–	–	2.330	–	–	(2.330)	–
Dividendos distribuídos (nota explicativa 15b)	–	–	–	–	(8.000)	–	–	(8.000)
Reserva de lucros	–	–	–	–	44.263	–	(44.263)	–
Saldos em 31 de Dezembro de 2011	176.682	235.982	325.525	10.835	128.544	–	–	877.568
Saldos em 30 de Junho de 2011	176.682	235.982	325.525	8.733	88.609	–	–	835.531
Lucro líquido do semestre	–	–	–	–	–	–	42.037	42.037
Destinações:								
Reserva legal	–	–	–	2.102	–	–	(2.102)	–
Reserva de lucros	–	–	–	–	39.935	–	(39.935)	–
Saldos em 31 de Dezembro de 2011	176.682	235.982	325.525	10.835	128.544	–	–	877.568

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2011 e de 2010 e Semestre Findo em 31 de Dezembro de 2011
(Valores expressos em milhares de reais - R$)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco BGN S.A. ("Banco" ou "BGN") é um banco múltiplo, autorizado pelo Banco Central do Brasil a operar as carteiras comerciais, de câmbio e de crédito, financiamento e investimento. Em 18 de julho de 2007, a controladora do Grupo BGN, a BGN Participações S.A., assinou Contrato de Permuta de Ações com o Banco BNP Paribas ("BNP"), transferindo para este o seu controle integral e direto e, consequentemente, o de suas controladas o Banco, a BGN Mercantil e Serviços Ltda. e a BGN Leasing S.A. Arrendamento Mercantil e 50,80% do controle indireto da Netcredit Promoção de Crédito S.A., tendo esta, suas atividades encerradas em 21 de janeiro de 2010. A operação envolveu a transferência pelos controladores da BGN Participações S.A. de 100% das ações representativas do seu capital social para o BNP. Em 25 de julho de 2008, o Conselho Monetário Nacional aprovou e encaminhou ao Presidente da República proposta de decreto reconhecendo esta operação como de interesse do Governo Brasileiro, ficando a operação sujeita à sanção presidencial. Conforme Decreto de 17 de setembro de 2008, publicado no Diário Oficial da União em 18 de setembro de 2008, o Presidente da República reconheceu a operação como de interesse do Governo Brasileiro. Todos os serviços oferecidos pelas controladas da BGN Participações S.A. aos seus clientes continuam a serem realizados da forma habitual e de maneira independente, com a manutenção da atual estrutura administrativa e de atendimento. As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de empresas do Grupo Cetelem BGN ("Grupo") que atuam integradamente no mercado financeiro e de serviços no Brasil. Atualmente, porção significativa das captações de recursos (depósitos) é realizada junto a partes relacionadas, conforme mencionado na nota explicativa nº 13. Com intuito de segregar as atividades financeiras e não financeiras do Grupo, cada qual a ser concentrada sob uma holding específica, resultando assim na independência administrativa, comercial e econômica das empresas financeiras e não financeiras do Grupo e também a redução de custos operacionais, administrativos e financeiros das respectivas empresas, as sociedades não financeiras do Grupo foram segregadas e transferidas a uma nova holding, que concentrará as atividades não financeiras do Grupo. Dessa forma, as atividades financeiras do Grupo foram reunidas sob uma única holding financeira pura, onde, parte do processo, fora concluído através da incorporação da BGN Holding Financeira Ltda. (BGN Holding) e da Cetelem Holding Participações S.A.(Cetelem Holding). Em 11 de janeiro de 2010, o Banco promoveu aumento de capital da sua subsidiária BGN Leasing no montante de R$ 2.000, objetivando a adequação do seu nível de capital para viabilizar a transferência de sua sede da cidade de Fortaleza no estado do Ceará para Barueri no estado de São Paulo. Em 26 de fevereiro de 2010, o Banco incorporou simultaneamente o acervo líquido das empresas BGN Holding e Cetelem Holding nos montantes de (R$ 12 mil) referentes à assunção de dívida pela incorporação da BGN Holding e, R$ 235.994 mil referente a Cetelem Holding. Sendo assim, os acionistas aprovaram o aumento de capital do Banco BGN, no valor de R$ 235.982 mil, com a emissão de 235.982.093 (duzentos e trinta e cinco milhões, novecentos e oitenta e dois mil e noventa e três) novas ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, integralmente subscritas e integralizadas. Com o evento da incorporação reversa da BGN Holding, o Banco constituiu reserva de ágio no patrimônio líquido no montante de R$ 325.526 mil em contrapartida à conta de crédito tributário, reserva esta, oriunda da provisão para baixa de ágio no montante de R$ 813.813 mil pago pelo Grupo BNP Paribas quando da aquisição do Grupo BGN. Os respectivos atos societários, protocolos de justificação e laudos de avaliação a valor contábil, na data base 31 de janeiro de 2010, foram submetidos para aprovação ao BACEN em 26 de março de 2010 e, serão oportunamente arquivados na Jucesp após essa aprovação.

Acervo Incorporado:

Balanços em 31 de janeiro de 2010	Cetelem Holding	BGN Holding	Eliminações	Acervo Líquido Incorporado
Ativo:				
Disponibilidades	558	–	–	558
Crédito tributário- provisão de ágio	325.525	–	–	325.525
Outros ativos	50	–	–	50
Participação Banco BGN S.A	–	190.814	(190.814)	–
Participação BGN Holding	190.782	–	(190.782)	–
Participação CPV	242.685	–	–	242.685
Passivo:				
Juros sobre o capital próprio	6.765	–	–	6.765
Outras obrigações	534	12	–	546
Acervo líquido incorporado	752.301	190.802	(381.596)	561.507

2. BASE PARA PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As Demonstrações Financeiras foram preparadas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil pela lei das Sociedades por Ações, incluindo as alterações introduzidas pelas leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 e de acordo com as normas estabelecidas pelo BACEN, apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF. Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade ("IFRS"), o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, porém nem todos homologados pelo BACEN. Desta forma, o Banco, na elaboração das demonstrações financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN, os quais sejam:

a) CPC 01 - Redução ao valor recuperável de ativos - homologado pela Resolução BACEN nº 3.566/08;
b) CPC 03 - Demonstrações do fluxo de caixa - homologado pela Resolução BACEN nº 3.604/08;
c) CPC 05 - Divulgação de partes relacionadas - homologado pela Resolução BACEN nº 3.750/09;
d) CPC 24 - Evento Subsequente - homologado pela Resolução BACEN nº 3.973/11; e
e) CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes - homologado pela Resolução BACEN nº 3.823/09.

Além disso, o BACEN aprovou os seguintes pronunciamentos, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2012: a) CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações - homologado pela Resolução BACEN nº 3.989/11; b) CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de estimativa e retificação de erro homologada pela Resolução BACEN nº 4.007/11. O BGN não espera efeitos significativos decorrentes da aprovação destes normativos.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Apuração do resultado:
As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência. As receitas e despesas de natureza financeira são apropriadas observando-se o critério "pro rata temporis", substancialmente com base no método exponencial.

b) Caixa e equivalentes de caixa
Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e aplicações interfinanceiras de liquidez que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo e que são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez
As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

d) Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos
Os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção da Administração, nas seguintes categorias: - títulos para negociação; - títulos disponíveis para venda; - títulos mantidos até o vencimento. Os títulos classificados como para negociação e disponíveis para venda são avaliados pelo seu valor justo e os classificados como títulos mantidos até o vencimento são avaliados pelo seu custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço. O Banco não possuía títulos classificados na categoria mantidos até o vencimento em 31 de Dezembro de 2011 e de 2010. Os ajustes para o valor justo dos títulos classificados como para negociação são reconhecidos no resultado do exercício. Os ajustes para o valor justo dos títulos classificados como disponíveis para venda são contabilizados em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, líquidos dos efeitos tributários, sendo transferidos para o resultado do período quando da efetiva realização, através da venda definitiva ou liquidação dos respectivos títulos e valores mobiliários. Os instrumentos financeiros derivativos compostos pelas operações de opções são contabilizados de acordo com os seguintes critérios: - Operações com opções – os prêmios pagos ou recebidos são contabilizados no ativo ou passivo, respectivamente, até o efetivo exercício da opção, e contabilizado como redução ou aumento do custo do bem ou direito, pelo efetivo exercício da opção, ou no resultado, no caso de não exercício; Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados pelo valor justo, contabilizando a valorização ou a desvalorização em conta de receita ou despesa, no resultado do exercício. Os critérios para apuração do valor justo dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos é calculado com base: 1. No valor divulgado pela Andima ou representado pelo fluxo de caixa futuro trazido a valor presente pelas taxas divulgadas pela BM&FBovespa ou agentes de mercado, quando necessário. 2. No fluxo de caixa trazido a valor presente pelas taxas divulgadas pela BM&FBovespa ou por cotações de mercado para aqueles instrumentos que as possuam.

e) Operações de crédito
As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito, e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99 e alterações posteriores, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis de risco, sendo AA o risco mínimo e H a perda total. As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível H, permanecem nesse nível de risco até 180 dias, quando então são baixadas contra a provisão existente, passando a ser controladas em contas de compensação, não mais figurando em conta patrimonial. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas, exceto quando existem evidências de mudança nas premissas anteriores. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível H e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

f) Cessões de crédito
O Banco, de acordo com as Resoluções nºs 3.627 e 3.673, 3.089 e 3.895 do Conselho Monetário Nacional, que tornou facultativa e adiou o prazo para a adoção pelas Instituições reguladas pelo Banco Central do Brasil - BACEN até 1º de janeiro de 2012, quando a adoção dos procedimentos para classificação, registro contábil e divulgação de operações de venda ou de transferência de ativos financeiros de que trata a Resolução CMN nº 3.533, de 31 de janeiro de 2008, será obrigatória. Assim, optou por manter durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, para fins de comparabilidade, os procedimentos de contabilização das suas operações de cessão de crédito realizadas com a Cetelem Brasil S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento de acordo com a Circular nº 2.568 de 4 de maio de 1995 do Conselho Monetário Nacional - CMN, que determina que o ativo cedido deve ser baixado e controlado em conta de compensação, e a receita gerada na operação deve ser reconhecida integralmente no resultado, no momento da venda. Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e de 2010, o Banco cedeu ao BGN Life Fundo de Investimento de direitos creditórios, sem coobrigação, os seguintes montantes em operações de empréstimos consignados:

	2011	2010
Cessões de crédito	172.324	138.204

As cessões de crédito realizadas entre o Banco e o FIDC, geraram resultados para o Banco no montante de R$ 5.860 (R$ 7.078 em dezembro de 2010). Adicionalmente, por conta da manutenção de aplicação em cotas subordinadas no FIDC, o Banco reconheceu contabilmente, durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e de 2010, na rubrica de "Resultado com títulos e valores mobiliários", o seguinte resultado da variação dessas cotas:

	2011	2010
Resultado da variação das cotas subordinadas	6.618	8.124

g) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa
A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída de acordo com a Resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional e com base em estimativa da Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos créditos.

h) Investimentos
Os Investimentos em controladas e coligadas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial e os demais investimentos são avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos de provisão para perda, quando aplicável.

i) Ativo Imobilizado
Os bens do ativo imobilizado são registrados pelo valor de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear às seguintes taxas anuais: instalações, móveis e utensílios, sistema de comunicação - 10% e equipamentos de processamento de dados e veículos - 20%.

j) Ativo diferido
O ativo diferido é registrado pelo custo deduzido da amortização acumulada. Os gastos de organização e expansão são amortizados em 5 anos ou proporcionalmente ao prazo de locação e os demais gastos são amortizados em 5 anos.

k) Ativo intangível
O ativo intangível é registrado pelo custo deduzido da amortização acumulada. Os gastos com aquisição de logiciais são amortizados em 5 anos ou proporcionalmente ao prazo de utilização ou de geração de benefício econômico.

l) Ajuste ao valor recuperável dos ativos não financeiros
Em relação à redução do valor recuperável de ativos não financeiros ("impairment"), é reconhecida uma perda por "impairment" se o valor residual de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos. Perdas por "impairment" são reconhecidas no resultado do período. No exercício findo em 31 de dezembro de 2011, o Banco não identificou evidências de "impairment" em seus ativos não financeiros.

m) Passivo circulante e exigível a longo prazo
Os passivos circulante e exigível a longo prazo representam os valores conhecidos na data do balanço, incluindo encargos e variações monetárias e cambiais incorridos.

n) Imposto de renda e contribuição social
A provisão para imposto de renda é constituída com base nos rendimentos tributáveis pela alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% para lucros excedentes a R$ 240 no exercício, e a contribuição social é calculada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável. O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, após análise de realização, são calculados sobre as adições temporárias. Os tributos diferidos passivos são calculados sobre as exclusões temporárias. Todos são registrados pelas alíquotas vigentes à época dos balanços.

o) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais (Fiscais e previdenciárias)
O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução BACEN nº 3.823/09 que aprovou o pronunciamento técnico CPC nº 25 e na Carta Circular Bacen nº 3.429/10 da seguinte forma: • Ativos Contingentes - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos. • Contingências Passivas - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseada na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. • Obrigações legais (fiscais e previdenciárias) - referem-se a demandas judiciais, nas quais estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações financeiras e atualizados de acordo com a legislação vigente. • Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis são divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não são passíveis de provisão ou divulgação. Os depósitos judiciais são mantidos em conta de ativo, sem a dedução das provisões para passivos contingentes, em atendimentos às normas do BACEN.

p) Uso de estimativas
A elaboração das informações financeiras do Banco exige que a Administração faça estimativas e estabeleça premissas que afetam os valores reportados nas demonstrações financeiras e notas explicativas. Os resultados reais podem diferir dessas estimativas, quando de sua efetiva realização.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2011	2010
Disponibilidades em moeda nacional	546	1.361
Aplicações interfinanceiras de liquidez	74.978	202
Total de caixa e equivalentes de caixa	75.524	1.563

5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ:

	2011	2010
Operações compromissadas:		
Letras do Tesouro Nacional - LTN (nota 13b)	9.800	–
Depósitos Interfinanceiros (nota 13b)	65.178	202
Total	74.978	202

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS:

	2011	2010
Disponíveis pra venda		
Letras do Tesouro Nacional - LTN	–	34.971
Cotas de Fundo de Investimento	134.372	134.674
(–) Ajuste a valor de mercado	–	(7)
Total	134.372	169.638

Composição por categoria - disponíveis para venda:

2011

Descrição	Vencimento	Quantidade	Valor da curva (*)	Valor de Mercado
Fundos de Investimento				
BGN Premium	2014	820	923	923
BGN Life	2015	21.980	133.449	133.449
Total			134.372	134.372

2010

Descrição	Vencimento	Quantidade	Valor da curva (*)	Valor de Mercado	Ganho (perda)
LTN - Carteira Própria	2011	35.000	34.971	34.964	7
Fundos de Investimento					
BGN Premium	2014	820	7.336	7.336	–
BGN Life	2015	21.980	127.338	127.338	–
Total			169.645	169.638	7

(*) Valor do custo mais rendimentos.

Referem-se à aplicação em fundo de direitos creditórios - FIDCs com as seguintes características: q) BGN Life - constituído por 6% de quotas subordinadas e 94% de quotas sênior e custodiado no Banco Bradesco S.A. r) BGN Premium - 100% das suas quotas são subordinadas, e custodiado no Banco Itaú Unibanco S.A. O valor justo dos títulos públicos é apurado com base no valor divulgado pela Andima, representado pelo fluxo de caixa futuro trazido a valor presente pelas taxas divulgadas pela BM&FBovespa. O valor justo dos fundos é ajustado com base na cota divulgada pelo administrador de cada fundo.

7. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

O saldo de operações de crédito é composto, principalmente, por operações de crédito consignado a funcionários públicos e pensionistas vinculado ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS e outros Entes. Em 31 de Dezembro de 2011 e de 2010, a carteira de operações de crédito estava composta da seguinte forma: a) Composição por vencimento: Os saldos das operações de crédito analisadas para classificar o risco de crédito, apresentam o seguinte perfil por faixa de vencimento:

	2011 Valor	2011 % sobre o total da carteira	2010 Valor	2010 % sobre o total da carteira
A Vencer:				
Até 180 dias	153.716	6,46	365.880	18,45
De 181 até 360 dias	581.668	24,46	323.454	16,31
Acima de 360 dias	1.617.296	68,01	1.266.351	63,86
	2.352.680	98,93	1.955.685	98,62
Vencidas:				
Até 14 dias	2.842	0,12	2.277	0,11
De 15 a 60 dias	8.204	0,34	8.246	0,42
Vencidas há mais de 60 dias	14.343	0, 60	16.882	0,85
	25.389	1,07	27.405	1,38
Total	2.378.069	100,00	1.983.090	100,00

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2011 e de 2010 e Semestre Findo em 31 de Dezembro de 2011
(Valores expressos em milhares de reais - R$)

b) Composição por carteira:

	2011 A vencer	2011 Vencidas	2011 Total	2010 Total
Empréstimos consignados	2.228.815	21.300	2.250.115	1.767.939
Outros empréstimos	2.435	1.170	3.605	17.080
Títulos descontados	5.351	410	5.761	7.834
Financiamentos	116.079	2.509	118.588	190.237
Total da carteira	2.352.680	25.389	2.378.069	1.983.090

c) Composição da carteira por nível de risco e por setor de atividade: Em 31 de Dezembro de 2011 e de 2010, o risco da carteira por setor de atividade, e a provisão para créditos de liquidação duvidosa estavam assim distribuídos:

2011

	A	B	C	D	E	F	G	H	Total
Setor Privado									
Indústria	–	–	137	383	–	–	–	1.519	2.039
Comércio	–	–	–	–	–	–	–	1.795	1.795
Serviços	3.045	58	–	–	–	291	–	–	3.394
Pessoas físicas	2.189.361	56.309	40.366	23.230	14.081	11.699	12.280	23.515	2.370.841
Total da carteira - 31/12/2011	2.192.406	56.367	40.503	23.613	14.081	11.990	12.280	26.829	2.378.069

2010

	A	B	C	D	E	F	G	H	Total
Setor Privado									
Indústria	–	–	–	646	–	–	4.786	1.835	7.267
Comércio	–	3	226	586	1.199	–	–	2.221	4.235
Serviços	4.939	157	2.531	20	–	–	–	415	8.062
Pessoas físicas	1.816.755	45.113	25.976	15.181	13.439	11.725	9.188	26.149	1.963.526
Total da carteira - 31/12/2010	1.821.694	45.273	28.733	16.433	14.638	11.725	13.974	30.620	1.983.090

A provisão para créditos de liquidação duvidosa apresentou a seguinte movimentação:

	2º Semestre-2011 Carteira de crédito	2º Semestre-2011 Créditos cedidos com coobrigação	Total	2011 Carteira de crédito	2011 Créditos cedidos com coobrigação	Total	2010
Saldos no início do semestre/exercício	64.341	8.401	72.742	62.722	11.176	73.898	96.503
Provisões constituídas (revertidas)	38.792	(3.300)	35.492	78.858	(6.075)	72.783	59.404
Valores baixados para prejuízo	(36.562)	–	(36.562)	(75.009)	–	(75.009)	(82.009)
Saldos no fim do semestre/exercício	66.570	5.101	71.671	66.571	5.101	71.672	73.898

O estoque de operações de crédito baixadas e controladas em conta de compensação, em 31 de dezembro de 2011, corresponde a R$ 265.895 (R$ 205.476 em 31 de dezembro de 2011). O Banco possui operações de cessão crédito com coobrigação com a Cetelem Brasil S.A. - Crédito Financiamento e Investimento anteriormente a 2011. O contrato objeto de cessão refere-se a créditos consignados, cujos vencimentos ocorrerão até 2014. O valor presente pela taxa de cessão dos contratos cedidos em aberto em 31 de Dezembro de 2011 é de R$ 35.576 e o valor presente pela taxa original do contrato é de R$ 25.373. Foi também constituída provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre essas cessões, no montante de R$ 5.101, na rubrica "Outras obrigações - diversas" (vide nota explicativa de nº 14), nos mesmos critérios da Resolução nº 2.682/99, do Conselho Monetário Nacional. Em outubro de 2011, o Banco Schahin S.A. e o Banco cancelaram o contrato de divisão de resultado gerado por carteira de operações de crédito consignado INSS, através da recompra por parte do Banco Schahin S.A. de referida carteira, cujo valor contábil era de R$ 116.119 mil. Por essa transação, o Banco apurou um resultado líquido positivo no montante de R$ 13.602 mil. Foram recuperados no exercício, créditos anteriormente baixados contra a provisão, no montante de R$ 30.988 (R$ 45.611 em 2010). Adicionalmente, foram renegociados créditos no montante de R$ 820.321. Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, a concentração dos principais devedores era a seguinte:

	2011 Valor	2011 % sobre o total da carteira	2010 Valor	2010 % sobre o total da carteira
10 maiores devedores	6.009	0,25	16.825	0,85
50 seguintes maiores devedores	10.467	0,44	15.973	0,80
100 seguintes maiores devedores	15.483	0,65	12.483	0,63
Demais devedores	2.346.110	98,66	1.937.809	97,72
Total	2.378.069	100,00	1.983.090	100,00

8. Outros Créditos - Diversos:

	2011	2010
Créditos tributários de impostos e contribuições (a)	375.626	361.891
Recompra antecipada	28.301	9.818
Impostos e contribuições a compensar e a recuperar	10.969	20.026
Devedores por depósitos em garantia	6.034	4.123
Adiantamento de comissão	5.869	2.714
Devedores diversos - país	5.139	2.253
Adiantamento a correspondentes - acordos especiais	4.672	3.344
Adiantamentos diversos	1.896	1.492
Valores a receber a sociedades ligadas	275	656
Adiantamentos e antecipações salariais	84	82
Total	438.865	406.399
Curto prazo	111.136	72.937
Longo prazo	327.729	333.462

(a) Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias e Prejuízo fiscal e Base Negativa: O saldo de crédito tributário diferido registrado no período decorre principalmente de saldo de Prejuízo fiscal e Base Negativa, diferenças temporárias sobre a Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD), contingências cíveis e trabalhistas e demais provisões. A Lei nº 9.430, em seu artigo 9º, determina as regras de dedutibilidade da despesa de provisão para devedores duvidosos na base de cálculo do Imposto de Renda e Contribuição Social. As provisões para perdas com operações de crédito são registradas de acordo com as disposições da Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999 e alterações posteriores. Desta forma, a parcela de provisão constituída pelas regras societárias que ultrapassa o limite apurado de acordo com a legislação fiscal é adicionada ao cálculo dos tributos citados. O provisionamento indedutível será abatido dos resultados tributários de períodos seguintes, quando passar a se enquadrar nos conceitos de perda para fins fiscais ou quando de sua reversão. Diante da temporariedade da adição das provisões para devedores duvidosos e passivos contingentes e demais provisões, e conforme disposição da Circular BACEN nº 3.171, de 30 de dezembro de 2002 e artigo 8º da Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, o Banco registra crédito tributário correspondente ao Imposto de Renda e a Contribuição Social sobre referidas diferenças temporais. Devido à reestruturação societária mencionada na nota nº 1, o Banco constituiu reserva de ágio no patrimônio líquido no montante de R$ 325.525 mil em contrapartida à conta de crédito tributário, reserva esta, oriunda do crédito tributário sobre a provisão para baixa de ágio no montante de R$813.813 mil, cujo prazo de amortização é de dez anos, pago pelo Grupo BNP Paribas quando da aquisição do Grupo BGN. A movimentação dos créditos está a seguir demonstrada:

	Imposto de Renda 2011	Imposto de Renda 2010	Contribuição Social 2011	Contribuição Social 2010	Total 2011	Total 2010
Saldo anterior	226.182	27.255	137.709	16.354	361.891	43.609
(+) Constituição de créditos	29.075	24.437	17.445	14.662	46.520	39.099
(+) Créditos advindos de incorporação	–	203.454	–	122.071	–	325.525
(–) Realização de créditos	(20.491)	(28.964)	(12.294)	(17.378)	(32.785)	(46.342)
(=) Saldo atual	234.766	226.182	140.860	135.709	375.626	361.891

O saldo da provisão ativa de Imposto de Renda e Contribuição Social, em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, registrado em "Outros Créditos - Diversos" apresenta a seguinte composição:

	Base de cálculo 2011 R$ mil	Base de cálculo 2010 R$ mil	Imposto de Renda 2011 R$ mil	Imposto de Renda 2010 R$ mil	Contribuição Social 2011 R$ mil	Contribuição Social 2010 R$ mil
Adições Temporárias						
- Provisão para contingências cíveis e trabalhistas	17.530	15.983	4.383	3.996	2.630	2.398
- Provisão para bônus	3.954	4.533	989	1.133	593	680
- Provisão para créditos em liquidação duvidosa	170.413	106.780	42.603	26.694	25.562	16.016
- Ágio na incorporação	664.614	745.995	166.154	186.499	99.692	111.899
- Outras provisões	19.511	5.756	4.877	1.439	2.926	864
Prejuízo fiscal e Base negativa	63.045	25.682	15.760	6.421	9.457	3.852
Total de Créditos Tributários Ativados	939.067	904.729	234.766	226.182	140.860	135.709

Os Créditos Tributários provenientes de Imposto de Renda e da Contribuição Social são realizados à medida que as diferenças temporárias sobre as quais são calculadas sejam revertidas ou se enquadrem nos parâmetros de dedutibilidade fiscal, cujo cronograma de realização se apresenta a seguir, devidamente fundamentado em estudo técnico no qual há expectativa de geração de resultados positivos futuros, com a conseqüente geração de obrigações com impostos e contribuições. O quadro abaixo demonstra a realização do saldo de créditos tributários sobre diferenças temporárias em 31 de dezembro de 2011, ao longo dos próximos 10 (dez) anos, comparativamente com o valor presente, calculado com base nas taxas referencias BM&F:

2011

Período	Realização do crédito de Imposto de renda Valor previsto	Valor presente	Realização do crédito de Contribuição social Valor previsto	Valor presente	Total Valor previsto	Total Valor presente
2012	33.708	30.857	20.225	18.514	53.933	49.371
2013	27.423	22.533	16.454	13.520	43.877	36.053
2014	27.423	20.276	16.454	12.165	43.877	32.441
2015	27.423	18.248	16.454	10.949	43.877	29.197
Até 2021	103.029	53.101	61.817	36.969	164.846	90.070
Total	219.006	145.015	131.404	92.117	350.407	237.132

Os Créditos Tributários de Imposto de Renda e da Contribuição Social diferidos calculados sobre Prejuízo Fiscal - PF e Base Negativa - BN de períodos anteriores, são realizados à medida que o Banco apresente lucro tributável. A legislação do imposto de renda, através da Lei nº 8.981/95 prevê que as pessoas jurídicas poderão deduzir do lucro líquido, ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação do imposto de renda, limitado a 30%, os valores dos referidos prejuízos. Desta forma, fundamentado em estudo técnico no qual há expectativa de geração de resultados positivos futuros, apresentamos o quadro abaixo demonstrando a realização do saldo de créditos tributários sobre saldos de prejuízo fiscal e base negativa em 31 de dezembro de 2011, ao longo dos próximos 7 (sete) anos, comparativamente com o valor presente, calculado com base nas taxas referencias BM&F.

2011

Período	Realização do crédito de Prejuízo Fiscal Valor previsto	Valor presente	Realização do crédito de Base Negativa Valor previsto	Valor presente	Total Valor previsto	Total Valor presente
2012	–	–	–	–	–	–
2013	1.179	969	707	581	1.886	1.550
2014	1.677	1.240	1.006	744	2.683	1.984
2015	2.219	1.476	1.331	886	3.550	2.362
Até 2018	10.685	5.699	6.412	3.419	17.098	9.118
Total	15.760	9.384	9.456	5.630	25.219	15.014

9. OUTROS VALORES E BENS - DESPESAS ANTECIPADAS

Referem-se, principalmente, a despesas com comissão na intermediação de operações de crédito consignado, amortizadas em função da realização dos juros das respectivas operações.

	2011	2010
Comissão na originação de operações de crédito	144.927	80.308
Outras	54	14
Total	144.981	80.322
Curto prazo	56.500	33.534
Longo prazo	88.481	46.788

10. INVESTIMENTOS EM CONTROLADA E COLIGADA:

	2011 Carrefour Promotora de Venda e Participações Ltda. (b)	2011 BGN Leasing S.A. Arrendamento Mercantil (a)	2011 Total	2010 Carrefour Promotora de Venda e Participações Ltda. (a)	2010 BGN Leasing S.A. Arrendamento Mercantil (b)
Capital social	224.745	7.000	–	224.745	7.000
Patrimônio líquido ajustado	843.742	8.938	–	690.492	8.417
Nº de ações possuídas	89.897.992	6.999.994	–	89.897.992	6.999.994
Lucro líquido no exercício	149.908	248	–	137.613	404
Participação do Banco BGN S.A. (%)	40,00	99,99991	–	40,00	99,99991
Resultado da equivalência patrimonial	61.304(*)	248	61.552	63.461 (*)	404
Saldo do investimento	337.500	8.938	346.438	276.197	8.417

(a) Em novembro de 2010, o Banco celebrou contrato de venda de opção de compra referente ao seu investimento na Carrefour Promotora de Vendas e Participações Ltda., cujo exercício ocorrerá quando da aprovação da operação pelo Bacen. (*) Inclui R$1.341 referente ajuste de equivalência patrimonial de dezembro de 2010.

(b) Com a forte desvalorização cambial ocorrida no início de 1999, que alterou o cenário econômico brasileiro, provocando retração no mercado de arrendamento mercantil, a Administração do Banco optou pela paralisação das atividades da investida BGN Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil e ainda não definiu a sua retomada.

11. DEPÓSITOS, CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO, OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES:

a) Depósitos:

Vencimento	2011 Sem vencimento	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Total	2010 Total
À vista	3.734	–	–	–	–	3.734	4.694
Interfinanceiro	–	705.897	1.018.645	592.711	28.691	2.345.764	1.718.188
A prazo	–	4.746	22.893	50.401	–	78.040	187.148
Total	3.734	710.643	1.041.538	643.112	28.691	2.427.718	1.910.030

b) Obrigações por empréstimos e repasses:

Vencimento em dias	2010 Total
FINAME	2
Total	2

c) Concentração dos depósitos:

	2011 Valor	2011 % sobre o total da carteira	2010 Valor	2010 % sobre o total da carteira
10 seguintes maiores depositantes	2.421.108	99,73	1.896.572	99,29
50 seguintes maiores depositantes	6.606	0,27	13.449	0,70
100 seguintes maiores depositantes	4	0,00	9	0,01
Total	2.427.718	100,00	1.910.030	100,00

Conforme detalhado na nota explicativa nº 13, as partes relacionadas representam 97,91% do total de depositantes em 31 de Dezembro de 2011 (91,18% em 31 de Dezembro de 2010).

12. OUTRAS OBRIGAÇÕES DIVERSAS:

	2011	2010
Credores diversos - país	73.918	50.832
Provisão para contingências (Nota nº 14)	22.631	27.223
Despesas administrativas	29.462	9.223
Despesas com pessoal	4.637	5.352
Cheques administrativos	–	4
Outros pagamentos	1.079	158
Total	131.727	97.792
Curto prazo	59.085	37.448
Longo prazo	72.642	55.344

13. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Remuneração do pessoal-chave da Administração

A instituição é administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria e, de acordo com o seu Estatuto Social, o Conselho de Administração deve ser composto por até 6 (seis) membros, todos acionistas da instituição, eleitos por Assembleia Geral e por ela destituíveis a qualquer tempo, com mandato de 3 (três) anos, permitida a reeleição. A Diretoria deve ser composta por até 7 (sete) membros, eleitos pelo Conselho de Administração e por ele destituíveis a qualquer tempo, mandato será de 3 (três) anos, permitida a reeleição, sendo, um Diretor Presidente, um Diretor Vice-Presidente e os demais designados como Diretores Executivos. Os membros do Conselho de Administração não residentes no país não recebem remuneração paga no Brasil. A remuneração atribuída aos Diretores no conglomerado das empresas integrantes do grupo Cetelem BGN para os exercícios encerrados em 31 de Dezembro de 2011 e de 2010 foram de, respectivamente, R$ 11.062 e R$ 14.383, os quais representam benefícios de curto prazo e benefícios de rescisão de contrato de trabalho. Não existem benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo e remuneração baseada em ações.

b) Transações com partes relacionadas

Os Depósitos à vista, Depósitos Interfinanceiros, Depósitos a Prazo e as Outras Despesas Administrativas referentes a serviços técnicos especializados e demais transações entre partes relacionadas são efetuados em condições e taxas contratadas entre as partes. Os saldos e transações são demonstrados como segue:

	2011 Ativos (Passivos)	2011 Receitas (Despesas)	2010 Ativos (Passivos)	2010 Receitas (Despesas)
Aplicações em operações compromissadas	9.800	3.161	–	–
Banco BNP Paribas S.A. - (parte relacionada)	9.800	3.161	–	–
Aplicações em depósitos interfinanceiros	65.178	3.683	202	1.610
Banco BNP Paribas S.A. - (parte relacionada)	65.178	1.138	202	34
Cetelem Brasil S.A. - CFI - (coligada)	–	2.545	–	1.576
Depósitos à vista	(3.467)	–	(3.789)	–
BGN Mercantil e Serviços Ltda. - (parte relacionada)	(3.467)	–	(3.476)	–
BGN Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil - (Controlada)	–	–	(42)	–
Cetelem Brasil S.A. - CFI - (coligada)	(152)	–	(271)	–
Depósitos a prazo	(27.468)	(3.369)	(19.619)	(1.625)
Cetelem Latin American Holding Participações Ltda. - (parte relacionada)	(3.497)	(343)	(3.190)	(262)
Cetelem América S.A. - (Controladora)	(4.018)	(577)	(364)	(298)
Cetelem Serviços Ltda. - (parte relacionada)	(14.015)	(844)	–	–
BGN Mercantil e Serviços Ltda. - (parte relacionada)	(5.938)	(1.605)	(16.065)	(1.065)
Depósitos interfinanceiros	(2.345.944)	(245.268)	(1.718.189)	(160.381)
BGN Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil - (Controlada)	(9.223)	(969)	(8.625)	(735)
Banco BNP Paribas S.A. - (parte relacionada)	(2.287.431)	(242.740)	(1.709.564)	(159.646)
Cetelem Brasil S.A. - CFI - (Coligada)	(49.290)	(1.875)	–	–
Cetelem Brasil S.A. - CFI - (Coligada)	–	314	–	–
Banco BNP Paribas S.A. - (parte relacionada)	–	2	–	–
Correspondente no País	(3.106)	–	(5.373)	–
Cetelem Brasil S.A. - CFI - (coligada)	(3.106)	–	(5.373)	–
Valores a receber/a pagar de sociedades ligadas e Outras despesas administrativas	275	(85.443)	–	(72.911)
BGN Mercantil e Serviços Ltda. - (parte relacionada)	–	(65.042)	–	(72.911)
Cetelem Serviços Ltda. - (parte relacionada)	–	(20.401)	–	–
Cetelem Brasil S.A. - CFI - (Coligada)	275	–	–	–

A responsabilidade oriunda de operações de cessão de crédito com a Cetelem Brasil S.A. - CFI, entidade ligada, inclui o montante de R$ 35.576 registrado em conta de compensação. Os depósitos interfinanceiros com partes relacionadas são remunerados a taxas que variam de 10,90% a.a. a 14,40% a.a. A conta de Outras Despesas Administrativas corresponde ao valor pago a empresas ligadas pela captação de clientes.

14. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS:

	2011	2010
Trabalhistas	12.849	10.827
Cíveis	4.681	5.156
Fiscais	–	64
Subtotal	17.530	16.047
Provisão para perdas sobre créditos cedidos (Nota explicativa nº 7c)	5.101	11.176
Total	22.631	27.223

Movimentação das provisões:

Movimentação	Contingências Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo inicial - 31/12/2009	–	7.988	10.000	17.988
Constituição	64	2.920	696	3.680
Baixas por pagamento	–	(81)	(5.540)	(5.621)
Saldo final - 31/12/2010	64	10.827	5.156	16.047
Saldo inicial - 31/12/2010	64	10.827	5.156	16.047
Constituição (Reversão)	(64)	2.156	7.328	9.420
Baixas por pagamento	–	(134)	(7.803)	(7.937)
Saldo final - 31/12/2011	–	12.849	4.681	17.530

Trabalhistas

São ações movidas por ex-colaboradores nas quais são pleiteados os direitos de natureza trabalhista, cujos objetos de discussão estão relacionados a danos morais, horas extras e equiparação salarial. O risco total envolvido nas ações é de aproximadamente R$25.324 (R$21.229 em 31 de Dezembro de 2010). Suportada na opinião dos consultores jurídicos, o Banco constituiu provisão no montante de R$12.849 (R$10.827 em 31 de Dezembro de 2010).

Cíveis

Referem-se a ações indenizatórias de danos morais e materiais. São reconhecidas contabilmente de acordo com o histórico de perdas das causas, cujo risco total é de aproximadamente R$79.755 (R$72.109 em 31 de Dezembro de 2010) para os quais existe provisão de R$ 4.681 (R$ 5.156 em 31 de Dezembro de 2010).

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O capital social integralizado, em 31 de Dezembro de 2011, está dividido em 412.664.093 (412.664.093 em 31 de Dezembro de 2010) de ações ordinárias de valor nominal de R$ 1,00 cada uma. Em 26 de fevereiro de 2010, o Banco BGN S.A. incorporou simultaneamente o acervo líquido das empresas BGN Holding Ltda. e Cetelem Holding Ltda., tendo seu capital aumentado em R$ 235.982, com a emissão de 235.982.093 ações nominativas sem valor nominal, aguardando homologação do Bacen.

b) Destinação do resultado:

Aos acionistas é assegurado o dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% do lucro líquido apurado no encerramento de cada exercício, calculado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações. Do lucro líquido apurado no final de cada exercício, 5% são destinados para a constituição da reserva legal. Em 15 de março de 2011 foram distribuídos dividendos no valor de R$ 8.000 (oito milhões de reais), apurados com base nos lucros acumulados de exercícios anteriores a 2008 conforme Assembleia Geral Extraordinária - AGE de 17 de fevereiro de 2011. Em 2010 e 2011, foi efetuada a destinação dos lucros acumulados para a rubrica Reservas Especiais de Lucro em atendimento à Resolução 3.605 de 29 de agosto de 2008.

c) Acordo da Basiléia

As instituições financeiras devem manter um patrimônio líquido compatível com o grau de risco da estrutura de seus ativos. Desde 31 de março de 2009, o BGN está apurando os limites de forma consolidada através do Banco BNP Paribas Brasil S.A.

16. DESPESAS DE PESSOAL

Os resultados apurados com despesas de pessoal estão assim compostos.

	2º sem/2011	2011	2010
Despesas de pessoal - proventos	3.557	4.721	5.318
Despesas de pessoal - encargos sociais	1.469	3.354	4.505
Despesas de honorários	951	1.843	1.808
Despesas de pessoal - benefícios	845	1.708	1.979
Despesas de pessoal - treinamento	–	6	16
Total	6.822	11.632	13.626

17. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Os resultados apurados com outras despesas administrativas estão assim compostos.

	2º sem/2011	2011	2010
Despesas com serviços técnicos especializados	74.480	139.761	133.793
Despesas com serviços de terceiros	5.843	20.235	5.552
Despesas de processamento de dados	4.007	7.287	4.278
Despesas de comunicações	2.476	5.553	5.587
Despesas de seguros	1.511	2.822	2.286
Despesas com serviços do sistema financeiro	1.139	2.225	2.023
Despesas de promoções e relações públicas	695	1.529	958
Despesas de material	611	1.271	680
Despesas de transporte	614	987	583
Despesas de amortização	476	785	434
Despesas de depreciação	300	576	703
Despesas com aluguéis	419	715	414
Despesas de propaganda e publicidade	–	1	330
Outras despesas administrativas	1.812	3.302	3.174
Total	94.383	187.049	160.795

18. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

Os resultados apurados com outras receitas operacionais estão assim compostas:

	2º sem/2011	2011	2010
Reversão de provisões de despesas administrativas	2.089	3.945	8.240
Ressarcimento de Seguro	3.243	4.814	1.369
Reversão de provisões para contingências trabalhistas	118	757	–
Reversão de provisões para contingências fiscais	–	64	–
Reversão de provisões para contingências cíveis	–	704	–
Outras	752	1.239	4.736
Total	6.202	11.523	14.345

19. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

Os resultados apurados com outras despesas operacionais estão assim compostas.

	2º sem/2011	2011	2010
Recompras não averbadas	11.442	12.230	3.549
Provisão para contigência cível	4.509	8.032	4.927
Convênios	4.032	7.512	6.006
Despesa com acordo operacional	2.646	9.689	17.758
Baixa por fraude	2.991	4.147	2.648
Provisão para contigência trabalhista	1.499	2.913	–
Devolução de tarifas	384	1.412	1.115
Provisão para perdas em adiantamento acordos especiais	1.638	1.638	–
Outras	999	5.182	4.418
Provisão para contigência fiscal	–	–	65
Total	30.140	52.755	40.486

20. RESULTADO NÃO OPERACIONAL:

	2º sem/2011	2011	2010
Ganhos de capital sobre cessão de crédito	6.844	13.256	8.799
Resultado na alienação de valores bens	147	(584)	–
Perdas na venda de Ações e Cotas	–	–	(4)
Outras	–	–	34
Total	6.991	12.672	8.829

21. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Banco está sujeito ao regime de tributação do Lucro Real e procede ao pagamento mensal do Imposto de Renda e Contribuição Social pela Estimativa. O efeito líquido em resultado foi de constituição de crédito tributário diferido do Imposto de Renda de R$ 4.485 e de Contribuição Social foi de R$ 2.242, estando sua conciliação a seguir demonstrada:

Descrição	2011 Imposto de Renda 2º semestre	2011 Imposto de Renda Exercício	2011 Contribuição social 2º semestre	2011 Contribuição social Exercício	2010 Imposto de renda	2010 Contribuição social
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	42.113	39.866	42.113	39.866	88.950	88.950
Alíquota vigente	25%	25%	15%	15%	25%	15%
Expectativa de despesa de acordo com a alíquota vigente	(10.528)	(9.967)	(6.317)	(5.980)	(22.238)	(13.343)
Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes no exercício:						
Resultado de Equivalência Patrimonial	10.547	15.456	6.328	9.274	13.319	7.992
Gratificações Semestrais	–	–	–	–	(172)	(103)
Outras diferenças permanentes	(58)	(517)	(49)	(324)	(170)	(102)
Multas indedutíveis	–	–	–	–	(99)	(60)
Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças temporárias no exercício:						
Créditos tributários não constituídos em períodos anteriores	–	(487)	–	(728)	50	30
Créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de períodos anteriores registrados no período	–	–	–	–	4.783	2.870
Crédito (Despesa) contabilizado	(39)	4.485	(37)	2.242	(4.527)	(2.716)

22. GERENCIAMENTO DE RISCOS

Riscos e Administração de Riscos

Os principais riscos relacionados aos instrumentos financeiros decorrentes dos negócios do Banco são: o risco de crédito, o risco de mercado, o risco de liquidez e o risco de capital. A administração desses riscos é um processo que abrange diversas políticas e estratégias. As políticas de administração desses riscos são, em geral, conservadoras, procurando limitar o prejuízo absoluto ao mínimo.

Risco de Crédito

Banco opera com empréstimos comerciais e Crédito Pessoal (para pessoas físicas, exclusivamente funcionários públicos, nos âmbitos municipal, estadual e federal, bem como aposentados e pensionistas do INSS, tendo como garantia a consignação em folha de pagamento). Para a realização dos empréstimos, as agências do Banco BGN devem atender a diversos requisitos para adequada formalização das operações, como confecção e formalização do contrato ou convênio que viabiliza a retenção/consignação em folha das prestações dos empréstimos consignados, com parecer e aprovação da Superintendência Jurídica e do Diretor Presidente; e, obtenção de documentos que validem a existência do tomador de crédito. Todo documento recebido deve ser confrontado com os originais pelos atendentes, e este confronto deve ser evidenciado através da aposição de carimbo "Confere com o original" e visto do responsável pelo confronto nestas cópias. A partir de fevereiro 2009, a nova superintendência de Crédito passou a reforçar o conteúdo analítico das propostas de crédito, dando ênfase principalmente às análises financeiras. Foi adotado um modelo de "financial spreadsheets" utilizado pelo Grupo BNP Paribas em nível mundial, o qual calcula automaticamente o fluxo de caixa das empresas e indicadores financeiros relevantes para a identificação do risco de repagamento/refinanciamento do cliente. A partir dos dados financeiros (componentes quantitativos) e outros componentes qualitativos, os "Ratings" são mantidos ou reclassificados.

Risco de Mercado

O Risco de Mercado está associado a perdas potenciais advindas de variações em preços de ativos financeiros, taxas de juros, moedas e índices. A avaliação e controle deste risco são feitos diariamente, sendo um dos pilares das decisões estratégicas do Banco. As principais ferramentas de controle de riscos de mercado sobre as quais são aplicados limites operacionais são a análise de sensibilidade, valor em risco e testes de estresse através de cenários. Em adição, faz-se simulações e projeções de fluxos futuros para avaliação da mudança relativa da exposição ao risco. A metodologia adotada para cálculo do valor em risco utiliza coeficiente de confiança de 99%. O cálculo de valor justo segue critérios de independência da área de riscos com relação à coleta de preços referenciais de mercado e construção da estrutura a termo das diversas taxas de juros. De modo genérico, o valor presente do fluxo futuro de caixa é a melhor estimativa do valor de mercado; uma vez possuindo os fluxos de caixa de toda a instituição e os vários preços/estruturas de taxas de juros, efetua-se o cálculo de valor de mercado.

Risco de Liquidez

O Risco de liquidez é relacionado ao descasamento da estrutura de ativos e passivos com relação aos fluxos efetivos de pagamento destes. O controle de risco de liquidez é efetuado diariamente através da análise estática da estrutura de descasamentos do Banco, especialmente no curto prazo. São também efetuadas simulações desta estrutura com estimativas de renovação de carteiras. Em paralelo, são analisados mensalmente indicadores de liquidez oriundos dos saldos de contas de balanço. Por último, são também efetuadas análises de cenários de estresse voltados especificamente para liquidez.

Risco de Capital

O gerenciamento do risco de capital no Banco busca otimizar a relação risco/retorno de forma a minimizar perdas, através de estratégias de negócios, buscando maior eficiência na composição dos fatores que impactam no Índice de Solvabilidade (Basiléia). Vide nota explicativa 15.c. Em linha com os princípios de Governança Corporativa e aos preceitos da Basiléia (Acordos I e II), o Grupo possui uma área dedicada, com políticas específicas, bem como possui processos, ferramentas e controles apropriados para a gestão dos Riscos Operacionais. O Grupo investe constantemente na disseminação da cultura do Risco Operacional em todos os níveis do Banco, tentando evitar a exposição a esses mencionados riscos, disseminação esta, realizada pela equipe de Risco Operacional, através de apresentação para os especialistas das principais áreas da empresa, com o objetivo de esclarecer e obter patrocínio para adequação a metodologias mais avançadas de alocação de capital. O Grupo Cetelem BGN vem mantendo a posição conservadora quanto ao capital regulatório a ser alocado para fins de riscos operacionais segundo a metodologia de abordagem básica (BIA - Basic Indicator Approach), por considerar que a mesma continua sendo a mais apropriada em função do atual cenário global, do nível de atividade e segmento de atuação e do estágio dos controles.

Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. A definição inclui o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pelo Banco.

O Grupo instituiu uma área dedicada denominada Risco Operacional, dentro da estrutura de Compliance, com políticas específicas, processos, ferramentas e controles apropriados para a gestão do risco operacional. A área preserva sua independência através do reporte direto ao Diretor Presidente. A Diretoria do Grupo é responsável pelas informações prestadas e por acompanhar as correções das deficiências de controle e de gerenciamento do risco operacional. A instituição mantém sua posição conservadora (método básico - BIA) quanto ao capital regulatório a ser alocado para fins de riscos operacionais, por considerar que continua sendo a mais apropriada em função do atual cenário global, do nível de atividade e segmento de atuação. A descrição da estrutura de gerenciamento de risco está disponibilizada através do endereço www.cetelem.com.br/portal/Sobre_Cetelem/Risco_Operacional.shtml.

Derivativos

A administração do Banco BGN não tem como política a contratação de Instrumentos Financeiros derivativos como forma da captação de recursos, também, não tem a necessidade de contratação dos mesmos para proteção de posições. Em 31 de dezembro de 2011, o Banco mantinha operação de venda de opção de compra referente ao seu investimento na Carrefour Promotora de Vendas e Participações Ltda., cujo valor do prêmio montava em R$17.625. O exercício dessa opção ocorrerá quando da aprovação da operação pelo BACEN.

23. OUTRAS INFORMAÇÕES

A responsabilidade pela custódia e administração de valores de clientes totaliza em 31 de Dezembro de 2011, R$ 71.076 (R$517.112 em 31 de Dezembro de 2010).

O Conselho de Administração

A Diretoria

Contador - Carlos Alberto de Freitas - CRC 1SP151.732/O-1 - "S"-PE

Relatório dos Auditores Independentes

Aos Administradores e Acionistas do
Banco BGN S.A.
Recife - PE

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco BGN S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras do Banco para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião as demonstrações financeiras referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, do Banco BGN S.A. em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

São Paulo, 16 de março de 2012

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8
Vanderlei Minoru Yamashita
Contador CRC nº 1 SP 201506/O-5 - "S"-PE